

Pré-Sal: riqueza, poder e discórdia

O petróleo não é uma commodity de abastecimento trivial: a garantia de fornecimento no médio prazo pode ser usada como uma arma política. Este artigo traça um panorama da dependência da economia mundial ao petróleo e da grande concentração das reservas em países em desenvolvimento. A expectativa de escassez e o conceito de “nacionalismo de recursos naturais” são postos em debate.

Palavras-chave: *Petróleo, Economia mundial, Nacionalismo de recursos naturais, Brasil.*



Pre-Salt: wealth, power and discord

Oil is not simply a fuel commodity: the guarantee of supply in the medium-term can be used as a political weapon. This article sketches a panorama of world economic dependence on the commodity and its reserves concentrated in developing countries. The expectation of scarcity and the concept of “natural resource nationalism” are put forth for debate.

Keywords: *Oil, World economy, Natural resources nationalism, Brazil*

Paulo Metri: Diretor técnico do Clube de Engenharia

1 INTRODUÇÃO

O petróleo é um composto de hidrocarbonetos em cujo processo de criação ocorreu uma série de acasos difíceis de se repetirem, na natureza, além de ser um experimento de mais de uma centena de milhões de anos, tratando-se, portanto, de um recurso finito. É conhecido pela humanidade há mais de dois milênios. No entanto, sua utilização intensiva começou há cerca de 150 anos. Desde 1859, quando o coronel Drake fez o petróleo jorrar do subsolo, em Titusville, na Pensilvânia, seus derivados conquistaram rapidamente os diversos mercados consumidores de energia. O aumento do uso dos derivados no setor industrial, residencial e da iluminação pública foi inquestionável, mas foi no setor de transportes que os derivados passaram a reinar quase que solitariamente. Isso porque os veículos à combustão interna só tiveram grande expansão graças ao aparecimento deles.

A descrição do que o petróleo representa para a humanidade, elaborada por Yergin (1996), presidente do Cambridge Energy Research Associates (CERA), é perfeita:

Por quase um século e meio, o petróleo vem trazendo à tona o melhor e o pior de nossa civilização. Vem constituindo privilégio e ônus. A energia é a base da sociedade industrializada. E, entre todas as fontes de energia, o petróleo vem se mostrando a maior e a mais problemática devido ao seu papel central, ao seu caráter estratégico, à sua distribuição geográfica, ao padrão recorrente de crise em seu fornecimento – e à inevitável e irresistível tentação de tomar posse de suas recompensas. [...] Ele tem abastecido, ainda, as lutas globais por supremacia política e econômica. Muito sangue tem sido derramado em seu nome. A feroz e, muitas vezes, violenta busca pelo petróleo – e pela riqueza e poder inerentes a ele – continuará com certeza enquanto ele ocupar essa posição central. Pois o nosso é um século no qual cada faceta de nossa civilização vem sendo transformada pela moderna e hipnotizante alquimia do petróleo. A nossa continua sendo a era do petróleo.

2 O PETRÓLEO NO SUPRIMENTO ENERGÉTICO MUNDIAL: A “MALDIÇÃO DOS DESENVOLVIDOS”

É sabido que 58,9% da energia consumida no mundo em 2008 foram das fontes petróleo e gás natural, o que mostra como eles são vitais para o suprimento da economia mundial. Pode-se dizer que todas economias,

grandes ou pequenas, são dependentes do petróleo. Se for adicionada a participação do carvão mineral (29,2%), esses três energéticos, que são combustíveis fósseis, suprem 88,1% da necessidade energética mundial. Não se pode deixar de observar como a matriz energética mundial é poluidora, pois a queima desses combustíveis lança os gases do efeito estufa na atmosfera. Os dados numéricos referentes à energia, apresentados neste trabalho, estão relacionados ao ano de 2008 e foram obtidos do *site* da British Petroleum.

Dentro do consumo de petróleo está incluído o uso como matéria prima da petroquímica, que, no entanto, é de apenas 10% desse consumo. A petroquímica é responsável pela produção de um número imenso de produtos como plásticos, fármacos, fertilizantes, tintas, vestuários, mobiliários etc..

Poucos países desenvolvidos têm razoáveis produções de petróleo e muitos deles, ainda assim, não conseguem ser autossuficientes, com exceção do Canadá e da Noruega. As produções com excedentes para exportação estão basicamente entre os países em desenvolvimento e os emergentes, estando, em muitos casos, em países ou regiões politicamente instáveis. Trata-se do que poderia ser chamado de a “maldição dos desenvolvidos”, pois, sendo suas economias enormemente dependentes do petróleo, esse se encontra, via de regra, no mundo não-desenvolvido, precisando os desenvolvidos irem lá buscá-lo a qualquer custo.

Existem 1,258 trilhão de barris de reservas provadas de petróleo em 31 de dezembro de 2008 no mundo, sendo que 65% dessas reservas estão no Oriente Médio. Só sete países do mundo detêm 894,4 bilhões de barris, ou seja, 71,1% das reservas mundiais – como pode ser observado no quadro a seguir – e nenhum deles é do mundo desenvolvido:

País	Bilhões de barris	%
Arábia Saudita	264,1	21,0
Irã	137,6	10,9
Iraque	115,0	9,1
Kuwait	101,5	8,1
Venezuela	99,4	7,9
Emirados Árabes Unidos	97,8	7,8
Rússia	79,0	6,3

Notar que os cerca de trinta países da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), que correspondem às maiores economias do planeta, possuem somente 88,9 bilhões de barris, o que corresponde a 7,1% das reservas mundiais de petróleo. Entre eles, estão Estados Unidos, Alemanha, Japão, França, Reino Unido e Itália, os seis membros do G7 que não são autossuficientes em petróleo. Especificamente, a Alemanha, o Japão, a França e a Itália importam a totalidade do petróleo que precisam, os Estados Unidos importam cerca de 67% do que precisam e o Reino Unido só 10%. Dos membros do G7, só o Canadá é autossuficiente.

Por outro lado, a Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP), que congrega a maioria dos principais exportadores, possui 955,8 bilhões de barris, o que equivale a 76,0% das reservas mundiais. Os membros dessa organização, atualmente, são Arábia Saudita, Argélia, Angola, Catar, Emirados Árabes Unidos, Equador, Irã, Iraque, Kuwait, Líbia, Nigéria e Venezuela, todos países não-desenvolvidos. A Rússia, o Canadá e a Noruega, também grandes exportadores, não participam da OPEP. A antiga União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), composta dos atuais países Rússia, Ucrânia, Bielorrússia, Geórgia, Armênia, Cazaquistão, Uzbequistão, Azerbaijão e outros, não forma mais uma unidade política e ideológica, entretanto possui 127,8 bilhões de barris, o que corresponde a 10,2% das reservas mundiais. Entre esses, as maiores reservas estão na Rússia e no Cazaquistão. Nenhum deles é considerado um país desenvolvido.

Em novembro de 2007, o governo brasileiro divulgou a descoberta do pré-sal, termo que é usualmente utilizado quando se deseja referir a uma área no mar, com alta probabilidade de conter reservas de petróleo e gás natural, com forma aproximada de um retângulo com dimensões de 300 km por 800 km, indo desde o sul do Espírito Santo até o norte de Santa Catarina. Existe, em toda essa área, no subsolo, uma enorme camada de sal, com espessura de até 2.000 m, abaixo da qual, provavelmente, estão muitos reservatórios de petróleo. Dessa forma, o pré-sal é, mais precisamente, a camada abaixo da rocha de sal, na tal área geográfica descrita. Na época da divulgação, já tinham sido realizados oito furos pela Petrobras na área e, em todos eles, foi constatada a ocorrência de petróleo.

O pré-sal brasileiro poderá conter em torno de 90 bilhões de barris de reservas provadas, segundo técnicos confiáveis, o que representa um acréscimo de 7,2% nas reservas mundiais de petróleo, ocorrendo em um

país considerado, no contexto mundial, politicamente confiável. Se essa estimativa se confirmar, o Brasil passará a possuir a quarta reserva de petróleo do mundo, de 104 bilhões de barris, e estará atrás somente da Arábia Saudita, Irã e Iraque

A produção mundial diária de petróleo em 2008 foi de 81,820 milhões de barris. Os onze maiores produtores mundiais são mostrados a seguir, com suas produções diárias totalizando 52,736 milhões de barris, o que corresponde a 64,5% da produção mundial. Os Estados Unidos, apesar de estarem entre os grandes produtores, não são autossuficientes, pois sua produção representa só um terço das suas necessidades. Retirando Estados Unidos e Canadá, os demais países citados não são desenvolvidos:

País	Milhões de barris por dia	%
Arábia Saudita	10,846	13,1
Rússia	9,886	12,4
Estados Unidos	6,736	7,8
Irã	4,325	5,3
China	3,795	4,8
Canadá	3,238	4,0
México.....	3,157	4,0
Emirados Árabes Unidos	2,980	3,6
Kuwait	2,784	3,5
Venezuela	2,566	3,4
Iraque	2,423	3,0

Os países da OCDE produzem, somente, 18,400 milhões de barris por dia, o que corresponde a 22,0% da produção mundial e, antecipando o que está à frente, são responsáveis por 55,5% do consumo mundial. No entanto, a OPEP produz 36,705 milhões de barris por dia, correspondendo a 44,8% da produção mundial e consome muito pouco. Os países da antiga URSS produzem 12,821 milhões de barris por dia, o que corresponde a 16,0% da produção mundial.

O consumo mundial diário de petróleo em 2008 foi de 84,455 milhões de barris. Os dez maiores consumidores mundiais são mostrados a seguir, com seus consumos diários somando 49,754 milhões de barris, o que corresponde a 58,9% do consumo mundial. Note-se que os Estados Unidos

são um grande “ralo” absorvedor de petróleo, pois são responsáveis por 22,5% do consumo mundial, quase 1/4 desse consumo. Entre os grandes consumidores, estão gigantescas economias tradicionais, como as dos Estados Unidos, Alemanha, Japão, Canadá e Coreia do Sul, muitos emergentes como Brasil, Rússia, Índia e China, os BRIC, e a Arábia Saudita.

País	Milhões de barris por dia	%
Estados Unidos	19,419	22,5
China	7,999	9,6
Japão	4,845	5,6
Índia	2,882	3,4
Rússia	2,797	3,3
Alemanha	2,505	3,0
Brasil	2,397	2,7
Arábia Saudita	2,324	2,7
Canadá	2,295	2,6
Coreia do Sul	2.291	2,6

Os países da OCDE consomem 47,303 milhões de barris por dia, o que corresponde a 55,5% do consumo mundial. Os países da antiga URSS consomem 4,045 milhões de barris por dia, o que responde por 4,8% do consumo mundial, mostrando ser uma região exportadora, pois mantém uma produção muito acima do seu consumo. A União Europeia é um segundo “ralo” absorvedor de petróleo, pois consome 14,765 milhões de barris por dia, correspondentes a 17,9% do consumo mundial.

Para compreender como o petróleo é transacionado no mundo, vale a pena analisar o quadro a seguir, das maiores regiões e países exportadores em 2008. Os números englobam as exportações de petróleo e derivados, diferentemente das tabelas anteriores, que se prendiam somente ao petróleo. No entanto, o mercado de derivados é pequeno quando comparado com o de petróleo. Então, note-se que, para os 84,455 milhões de barris diários de petróleo consumidos no mundo, 54,626 milhões de barris equivalentes de petróleo, o que inclui também os derivados, são transacionados de uma região ou país para outra região ou país:

Regiões e países exportadores	Milhões de barris por dia	%
Estados Unidos	1,967	3,6
Canadá	2,498	4,6
México	1,609	2,9
América Central e do Sul	3,616	6,6
Europa	2,023	3,7
Antiga União Soviética	8,184	15,0
Oriente Médio	20,128	36,8
Norte da África	3,260	6,0
Oeste da África	4,587	8,4
Ásia do Pacífico (sem Japão)	5,392	9,9
Outras regiões e países	1,363	2,5

Como era esperado, o Oriente Médio contribui com 36,8% das exportações mundiais, a maior parcela, seguido pela antiga União Soviética, com 15% das exportações. Por outro lado, o Oriente Médio e a antiga União Soviética são compostos de vários países independentes, com posicionamentos políticos diversos e que exportam diferentes quantidades de petróleo.

O fato de os Estados Unidos, no último quadro, constarem como exportadores, tendo já sido citados como grandes importadores, pode ser explicado. Eles são realmente grandes importadores e possuem uma capacidade de refino superior à sua necessidade. Portanto, eles refinam mais petróleo do que seria necessário para satisfazer sua demanda de derivados e exportam o excedente.

No próximo quadro, são mostrados os grandes importadores, quais sejam: os Estados Unidos, a Europa e o Japão, que somam 57,8% do total transacionado. A região e os dois países são desenvolvidos. A importação mundial diária em 2008 de petróleo e derivados é também de 54.626 barris.

Regiões e países importadores	Milhões de barris por dia	%
Estados Unidos	12,872	23,6
Europa	13,751	25,2
Japão	4,925	9,0
Outras regiões e países	23,078	42,2

3 A INCERTEZA DO SUPRIMENTO FUTURO DE PETRÓLEO

Da observação do quadro das exportações e considerando que o Oriente Médio e a antiga União Soviética não são dois blocos homogêneos, pode-se dizer, devido às participações relativamente baixas das variadas origens de exportações, que o fornecimento está razoavelmente disperso. Esse fato é relevante porque o argumento, às vezes citado, de que a perspectiva de escassez futura é devida à concentração do abastecimento vindo de poucas regiões não é verdadeiro. Apesar de existir alguma concentração, o que explica a perspectiva de escassez futura sentida, no ano de 2008, pouco antes da crise financeira e econômica mundial, é a quase inexistente descoberta de novas reservas, o pouco desenvolvimento de novos campos e a diminuição contínua esperada da produção mundial. Instabilidade política, eclosão de conflitos e intempéries em regiões produtoras podem influenciar também para a diminuição da oferta de petróleo.

A curva da produção mundial de petróleo, por condicionantes físicos, é de início crescente e passa por um máximo, a partir do qual, obviamente, torna-se decrescente. Esse formato só é ligeiramente perturbado quando são descobertas novas fronteiras, cujas produções são adicionadas à curva. Assim, a afirmação de que a produção mundial esperada não crescerá mais e irá diminuir continuamente significa que estamos no pico de produção ou bem próximo dele. Concluindo, pode-se dizer que a crise financeira e econômica mundial salvou o mundo da crise energética, à medida que ela definiu níveis de demanda de petróleo abaixo dos que vinham ocorrendo e dos que iriam ocorrer. Note-se que aparece no mundo, nesse contexto, uma mega província petrolífera, o pré-sal brasileiro.

Assim que a economia mundial se recuperar e a demanda por petróleo reaquecer, o patamar já atingido do barril de US\$ 147 em 2008 será ultrapassado. A International Energy Agency (IEA) da OCDE e a Energy Information Administration (EIA) do Department of Energy (DOE) do Governo Americano afirmam que a produção mundial de petróleo em 2008 foi de 86 milhões de barris por dia e, em 2030, sem contar com novas descobertas, será de 31 milhões de barris por dia, por causa do declínio esperado da produção. No entanto, a demanda mundial, em 2030, será de 106 milhões de barris por dia, significando um déficit de 75 milhões de barris por dia.

Além disso, esses dois organismos preveem que o pico da produção mundial de petróleo está bem próximo.

Por sua vez, à medida que os países com maior capacidade de desenvolver tecnologia e grande dependência ao petróleo não estão tomando decisões que trariam a maior eficiência energética e permitiriam a introdução de fontes alternativas com maior possibilidade de sucesso, essas linhas de ação não resolverão o problema. Tais decisões seriam, por exemplo, adoção de plano de incentivos para a produção de equipamentos e máquinas mais econômicas com relação ao consumo de derivados, de plano de conscientização do gasto de derivados de certas atividades em comparação com atividades alternativas de baixo consumo e de plano de desenvolvimento tecnológico de fontes alternativas de energia que substituam os derivados. A descoberta do pré-sal é vista, em nível mundial, como uma possibilidade de mitigação dos resultados negativos esperados da escassez de petróleo.

Uma pergunta que surge quando se fala das reservas mundiais de petróleo é: “Por quantos anos ainda se terá petróleo?” Um raciocínio simples pode levar a uma resposta. É sabido que as reservas mundiais de petróleo em 31 de dezembro de 2008 eram de 1,258 trilhão de barris e o consumo mundial em 2008 era de 84,455 milhões de barris por dia, o que corresponde ao consumo de 30,826 bilhões de barris no ano em questão. Então, dividindo 1,258 trilhão de barris pelos 30,826 bilhões de barris do ano, obtém-se aproximadamente 41 anos.

Contudo, tal cálculo contém a simplificação de se considerarem tanto as reservas quanto o consumo como fixos ao longo do tempo e iguais aos valores do ano de 2008. Para uma primeira estimativa, aceitar essa simplificação não seria problema. Entretanto, existe um erro comprometedor que consiste em supor que se pode retirar do subsolo o petróleo na velocidade que a demanda exige. As restrições físicas da produção de cada campo impõem uma curva de produção mundial de petróleo que passa por um máximo e, depois, declina constantemente. Nesse trajeto de queda da produção, o preço do barril certamente aumentará muito e, dessa forma, a produção de uma parcela final do petróleo existente, provavelmente, nunca ocorrerá, pois o barril estará tão caro que, antes do fim, ele será totalmente substituído.

Outro dado importante relacionado ao suprimento mundial de petróleo refere-se à concentração dos grandes exportadores em áreas politicamente instáveis. A classificação de áreas geográficas em politicamente estáveis e instáveis é sujeita a avaliações subjetivas. No entanto, há um certo consenso em relação a muitas dessas áreas. Ferolla e Metri fazem essa classificação e concluem, baseados nas reservas de petróleo existentes em 2004, que somente 19,4% das reservas mundiais estão em áreas politicamente estáveis. As áreas politicamente estáveis encontram-se em países com estabilidade política, jurídica e institucional. Empresas internacionais não querem investir em áreas onde os contratos assinados poderão não estar valendo em futuro próximo. Salienta-se que o pré-sal foi descoberto no Brasil, um país considerado cumpridor dos contratos assinados.

Os geólogos Campbell e Laherrère alertam para o fato de a produção mundial de petróleo estar próxima de passar pelo seu máximo, chamado de *peak oil*, e depois ela irá decrescer, acarretando grande aumento no preço do barril. Eles estudaram todas grandes regiões produtoras do globo para poderem construir a curva da produção mundial de petróleo. No fim, concluíram que o fim do petróleo não estava próximo, mas o fim do petróleo barato estava. Eles foram pioneiros por terem conseguido publicar suas ideias em uma revista respeitada, mas alguns outros técnicos já haviam dito o mesmo. Durante muito tempo, a IEA e a EIA negaram, categoricamente, a possibilidade de o pico de produção de petróleo estar próximo, tendo chegado a colocar esse pico em torno de 2040. Só a partir de 2008, como já foi citado, os dois organismos começaram a admitir a hipótese de o pico estar bem próximo.

Além de tudo isso, a perspectiva futura de oferta de petróleo é de escassez, pela simples observação de que as novas descobertas não têm repostado a quantidade consumida. Em 2004, de cada quatro barris consumidos, só um foi repostado por descobertas. E quanto mais escasso ele ficar, maior o preço do barril e o desespero dos mercados consumidores e dos países dependentes da importação desse energético. Mais uma vez, essa é a razão que explica o porquê de o pré-sal ser causa de tanto entusiasmo mundial, colocando o Brasil como matéria principal de diversos periódicos estrangeiros. Pode-se dizer sobre os elogios ao Brasil, agora: "É o pré-sal, estúpido!"

4 ASPECTOS GEOPOLÍTICOS DO SUPRIMENTO MUNDIAL DE PETRÓLEO

O petróleo foi introduzido na arquitetura de poder mundial, no primeiro momento, não por motivos econômicos e sim por sua importância militar. Torres Filho escreveu que, no início do século XX, Winston Churchill, à época Primeiro Lorde do Almirantado inglês, convenceu-se de que, para a manutenção da liderança da armada inglesa nos oceanos, era preciso converter o combustível dos navios de guerra de carvão para derivado de petróleo, de forma a conseguir maior velocidade e poder utilizar menos mão de obra e espaço de armazenagem, apesar de o carvão ser abundante na Grã-Bretanha e o petróleo ter que ser importado nessa época. Assim, o petróleo se consagrou, durante a Primeira Grande Guerra, como o combustível dos veículos militares, tendo aposentado muitos dos movidos a carvão, como também cavalos. Só na segunda metade do século XX, a propulsão nuclear começou a ser utilizada em navios de guerra.

Esse fato ilustra o valor geopolítico do petróleo, além do seu valor econômico. O abastecimento de petróleo a uma sociedade, hoje, passa a ser uma preocupação do seu Estado nacional, impossível de ser delegada às empresas do país. Essas, sem o respaldo do seu Estado, não conseguem garantir, muitas vezes, tal abastecimento. Os alemães e os russos se enfrentaram em duas guerras mundiais e, em situações normais, não teriam tanta disposição para assinarem acordos. Entretanto, há pouco tempo, assinaram um acordo em que a Rússia se compromete a fornecer gás natural durante prazo razoável para a Alemanha em troca do fornecimento, por parte dessa, de tecnologias de ponta. Depois desse acordo, a assinatura de contrato de fornecimento de gás para a Alemanha foi determinada pelo governo russo à empresa estatal Gazprom. Assim, petróleo e gás natural não são simples *commodities*.

O Brasil tem uma chance ímpar de realizar ações geopolíticas de interesse da nossa sociedade com o petróleo do pré-sal. Se o modelo jurídico e institucional decidido para essa região entregar para o Estado a posse da maior parte do petróleo produzido, o Brasil poderá utilizá-lo para o suprimento de petróleo ou derivados, de médio prazo, de países carentes desse energético, passando a ter relações privilegiadas com eles. Essa demonstração de boa-vontade pode significar ter aliados em votações na ONU, Rodada de Doha, OEA, OMC, UNCTAD etc..

Os governos dos países desenvolvidos, sem grandes reservas, para assegurar o suprimento de petróleo às suas sociedades e o lucro das suas empresas petrolíferas, nunca hesitaram em praticar apoio a ditadores, corrupção, compra de políticos e guerra ou desordem civil nos países detentores de reservas. Assim como os governos precisam de suas companhias de petróleo para assegurar o suprimento de derivados que garantem a operação das suas economias, as companhias precisam de seus governos para forçar países sem soberania a darem acesso a suas bacias sedimentares, onde elas irão procurar petróleo e, se o descobrirem, elas irão o produzir e irão precisar de seus governos para proteger as rotas de transporte, garantindo assim os lucros e o combustível vital da economia.

Com grande perspectiva de escassez, as empresas do mundo do capitalismo vitorioso, basicamente dos Estados Unidos, da Europa e do Japão, buscam dominar jazidas dos países em desenvolvimento. Aceitam pagar os impostos desses países, pois ainda é melhor do que ter que dominá-los militarmente para retirar seu petróleo. O dado novo, no mercado mundial, tem sido a atuação agressiva da China e da Índia na disputa pela obtenção de petróleo, pois, com as altas taxas de crescimento dos seus PIB, as taxas de crescimento do consumo de petróleo também são altas.

Nesse ponto, analisa-se a aparente passividade dos *think tanks* das economias desenvolvidas, porque eles seguramente sabem de tudo o que foi exposto aqui. Além disso, o que os ideólogos do mundo desenvolvido estão chamando de “nacionalismo de recursos” dos países em desenvolvimento, detentores de grandes reservas minerais, pode estragar os planos dos desenvolvidos de facilmente adquirirem sua principal fonte de energia. Dessa forma, o plano dos desenvolvidos é formado de vários estágios, sendo que o primeiro e mais fácil para eles é forçar política e diplomaticamente os países detentores de reservas para que aceitem firmar contratos, quer sejam de concessões ou de partilhas da produção (os contratos de prestação de serviços são aceitos, desde que ganhem a preferência na compra do petróleo) com as empresas do mundo desenvolvido. É importante lembrar que existem muitas refinarias no mundo desenvolvido sem garantia de recebimento de petróleo no médio prazo. Por isso os contratos, que dão à empresa a posse do petróleo produzido, são tão desejados. Dentro do esforço político e diplomático dos desenvolvidos, os países detentores de reservas que ainda tenham o monopólio estatal no setor são forçados para que ocorra a abertura.

Uma complementação do plano dos desenvolvidos é procurar conservar derivados de petróleo ou substituí-los por fontes alternativas de energia, mas, como já foi mencionado, o mundo desenvolvido está se mobilizando pouco nessa direção. Por exemplo, os Estados Unidos não têm grandes ações nesse sentido, com exceção do programa do etanol, e assim continuam tendo um índice de consumo de derivados por habitante alto. Após o segundo choque do petróleo, em 1979, quando o preço do barril deu um salto de US\$ 12 para mais de US\$ 40, o mundo todo, incluindo os Estados Unidos, apresentou uma razoável reação de conservação e substituição de derivados. Entretanto, após nova acomodação de preços dos diversos produtos e serviços no mercado mundial, que continuou privilegiando os interesses dos desenvolvidos, a citada reação se acomodou.

O plano dos desenvolvidos inclui as espontâneas reações do mercado, que não se contrapõem ao que foi descrito até o momento. As reações do mercado consistem em, à chegada ao pico da produção mundial de petróleo, com os preços do petróleo explodindo, outros energéticos se tornarem viáveis, novas iniciativas de conservação de derivados ocorrerem, o patamar de preços da energia tornar-se outro, os preços dos produtos com alto conteúdo tecnológico dos desenvolvidos serem outros, enfim, os preços nas economias tornarem-se outros. Nesse quadro, os países que exportarem petróleo acumularão petrodólares, mas sentirão necessidade de comprar produtos com alto conteúdo tecnológico dos desenvolvidos, devolvendo os dólares amealhados. O Brasil, com a perspectiva de acúmulo dos “pressaldólares”, já sediará uma Olimpíada, com possibilidade de comprar trens-bala do exterior etc.. Dessa forma, os desenvolvidos devem estar contando com a capacidade do mercado de acomodar situações e, assim, consideram o problema como parcialmente equacionado.

Como último recurso e considerando que “a guerra é a política por outros meios”, tese de Clausewitz, constante do livro *Da guerra*, a dominação militar do país que tem reservas de petróleo e a sua retirada à força são lembradas. Contudo, sabe-se que o financiamento da guerra pelos contribuintes pode torná-la pouco atraente, havendo necessidade de que o petróleo barato retirado do país dominado garanta o desenvolvimento da economia do país invasor, a reconstrução do país derrotado traga bons contratos para as empresas de engenharia e construção do dominador, além da ativação da economia acarretada pela indústria bélica.

Sobre a questão geopolítica, algumas citações são mostradas, a seguir, para corroborar sua importância. Greenspan afirma, em seu livro de memórias: “Entristece-me que seja politicamente inconveniente reconhecer o que todos sabem, que a guerra no Iraque é sobretudo por causa do petróleo”.

Em editorial de 17 de março de 2005, o *Financial Times* diz que “A ‘segurança energética’ de longo prazo se transformou num tema absolutamente decisivo da atual agenda geoestratégica das Grandes Potências”.

Ceceña afirma, após pesquisar em documentos do Department of Defense (DoD) americano, que “os interesses vitais dos Estados Unidos, em torno dos quais se organiza toda a atividade militar, compreendem: proteger a soberania, o território e a população dos Estados Unidos; evitar a emergência de hegemones ou coalizões regionais hostis; assegurar o acesso incondicional aos mercados decisivos, ao fornecimento de energia e aos recursos estratégicos; dissuadir e, se necessário, derrotar qualquer agressão contra os Estados Unidos ou seus aliados; e garantir a liberdade dos mares, vias de tráfego aéreo e espacial e a segurança das linhas vitais de comunicação”. Assim, “as Forças Armadas americanas devem assegurar o acesso incondicional ao fornecimento de energia”.

Robinson reproduz diversas citações relevantes. Entre elas, está uma de Roger Tissot, analista do mercado de petróleo da PFC Energy de Toronto, que diz: “o nacionalismo de recursos trata-se de uma decisão estratégica de países com recursos energéticos para usá-los em seu próprio desenvolvimento, em vez de otimizar as receitas das empresas”. Robinson continua citando a afirmação de Michael Klare: “as superpotências empreendem uma corrida desesperada para garantir seu abastecimento energético, gerando mais necessidade de proteção militar”. A seguir, ele traz o depoimento de Gal Luft, presidente do Instituto Análise de Segurança Global de Washington, que diz: “não há segurança de investimento, neste momento, e uma empresa estatal como a Gazprom ou a saudita Aramco irá onde a Exxon não se atreve a ir”. Citando o relatório do Baker Institute dos E.U.A., ele mostra o pensamento dos investidores: “estão privilegiando objetivos não-comerciais contra imperativos comerciais”. E finalizando, ele cita a posição do Comando Sul do Exército americano que, em junho de 2007, em um de seus relatórios, disse que: “o nacionalismo de recursos latino-americano ameaça a segurança nacional dos E.U.A.”.

Samuelson diz que “o barril a US\$ 100 sugere uma nova era geopolítica quando a energia cara serve como uma arma política; os produtores (ou alguns deles) a usarão para facilitar as agendas nacionais; os consumidores (ou alguns deles) buscarão tratamento preferencial; nós já vemos isso no desconto do petróleo venezuelano de Hugo Chávez para aliados prioritários, os esforços frenéticos da China para assegurar suprimento garantido e as ameaças veladas da Rússia de usar o gás natural – ela supre boa parte da Europa – para intimidar seus vizinhos e clientes”. Samuelson continua, dizendo: “desde a Segunda Guerra Mundial, a política externa americana tem sido, na verdade, de proibir outras nações de usar o petróleo para satisfazer suas políticas externas; no cômputo geral, isso minimizou os conflitos sobre recursos naturais e favoreceu o crescimento da economia mundial”. Nessa afirmação, Samuelson pregou a “paz de cemitério”, onde todos mortos estão em extrema paz. Ele concluiu, dizendo: “um maior obstáculo é o acesso às reservas existentes, hoje; as companhias nacionais de petróleo pertencentes a governos controlam talvez três quartos das reservas provadas”.

Holt afirma que “o Iraque tem 115 bilhões de barris de reservas de petróleo conhecidas; isto é mais que cinco vezes o total dos Estados Unidos; e, por causa de seu longo isolamento, é a menos explorada das nações ricas em petróleo do mundo; foi estimado pelo Council on Foreign Relations, que o Iraque pode ter mais 220 bilhões de barris de petróleo não descobertos”. Holt continuou, afirmando: “se essas estimativas são próximas do correto, as Forças dos E.U.A. estão agora sentadas em cima de um quarto das reservas mundiais de petróleo; o valor do petróleo do Iraque, em grande parte leve e com baixo custo de produção, seria da ordem de US\$ 30 trilhões aos preços de hoje; para efeito de comparação, o custo total projetado da invasão e ocupação dos E.U.A. é de cerca de US\$ 1 trilhão”. Holt finaliza, dizendo: “os custos da guerra são desprezíveis quando comparados aos US\$ 30 trilhões de riqueza petrolífera; a guerra assegurou a supremacia geopolítica americana e gasolina barata para os eleitores; em termos de ‘realpolitik’, a invasão do Iraque não é um fiasco e, sim, um retumbante sucesso”.

Fiori diz que: “Em síntese, o que se está assistindo hoje, no mundo do petróleo e do gás natural, é uma expansão veloz da demanda e um aumento da intensidade da competição, entre os velhos e os novos grandes

consumidores da energia disponível no mundo. Mas essa não é apenas uma disputa normal de mercado, nem é o produto de alguma manobra da OPEP ou do aumento puro e simples das taxas de crescimento da economia mundial. Pelo contrário, é o produto de uma gigantesca mutação geoeconômica do capitalismo mundial, que está exigindo não apenas um aumento da produção da energia, mas também uma redistribuição radical de suas fontes de produção.”

Lessa diz que: “É discutível o sentido estratégico de, em longo prazo, converter o Brasil em exportador de petróleo”. Ele continua: “A atual alta de preços parece antecipar-se às projeções deste cenário de escassez progressiva – descobertas importantes ficaram raras. É possível pensar a reserva brasileira de petróleo como um estoque estratégico em crescente valorização”. E mais à frente, conclui: “Acho miopia da ANP levar à frente uma sucessão de licitações. Estrategicamente é um equívoco econômico e geopolítico abrir nossas potencialidades de petróleo ao investimento estrangeiro”.

Em palestras, Lessa acrescenta outro raciocínio. Uma vez que o Brasil já atingiu a autossuficiência em petróleo, se tiver sua produção aumentada, o país terá excedente de produção, que será exportado. Dependendo do nível de exportação, o Brasil terá enorme receita em moeda forte, que, se for de pronto internalizada, poderá induzir a desindustrialização do país, a chamada “doença holandesa”. Assim, é necessário que o Brasil crie um Fundo Soberano no exterior, que irá conter a troca de moedas fortes por reais, mas permita que os recursos sejam trazidos para o país quando forem necessários. Entretanto, os recursos de Fundos Soberanos no exterior precisam ser investidos e, comumente, os papéis do governo americano são os mais comprados por serem muito seguros, apesar de o rendimento deles ser muito baixo. O raciocínio de Lessa é que o petróleo no subsolo irá valorizar mais que os papéis do governo americano comprados pelo nosso Fundo Soberano. Assim, o campo seria descoberto e o seu desenvolvimento não ocorreria de imediato, esperando que os recursos a serem originados por ele sejam necessários. A tese é correta, mas, para ser aplicada, a Lei 9.478, que obriga um campo descoberto a ser desenvolvido sem interrupção, precisa ser reformulada.

Sobre o posicionamento de Lessa de o Brasil não exportar seu petróleo, exposto também em palestras, há necessidade de se desenvolver um

raciocínio. Hoje, o Brasil consome menos de 840 milhões de barris por ano e, se for confirmada a expectativa de existirem 90 bilhões de barris no pré-sal, a reserva total do país será de 104 bilhões de barris, como já foi mencionado. Esse petróleo será suficiente para abastecer o país por cerca de 52 anos, supondo que ocorra uma taxa de crescimento do consumo de petróleo de 3% ao ano, que é uma taxa razoável para um período tão longo. Certamente, antes do fim desse período, a crise mundial de abastecimento de petróleo estará terminada, não fazendo sentido guardá-lo por tanto tempo. Além disso, sendo o Brasil um país com Forças Armadas tão desaparelhadas e esquecidas pela sociedade, enfim, com um poder de dissuasão limitado, dificilmente poderia impor a decisão de não exportar o petróleo do pré-sal. Nesse ponto, sempre surge uma indagação nos interlocutores: “Poderão roubar o pré-sal dos brasileiros?” Impossível não é, mas é improvável que queiram explorar e produzir no pré-sal só com navios em alto mar, sem serem utilizadas bases de apoio em terra firme, no Brasil.

5 HISTÓRIA DO DESENVOLVIMENTO DO SETOR DE PETRÓLEO NO BRASIL: O “DRAMA” DO PRÉ-SAL

A sociedade brasileira passou a possuir, do dia para a noite, 90 bilhões de barris de petróleo, uma riqueza cujo lucro líquido correspondente é avaliado em US\$ 10 trilhões, sem levar em conta o valor do dinheiro no tempo, pois, para retirar essa reserva do subsolo, vão ser necessários mais de trinta anos. Porém, exatamente nesse momento, está acontecendo, em vários locais de onde emana o poder do governo brasileiro, a tentativa de transferir parte dessa riqueza para empresas privadas estrangeiras, por meio da criação de um novo marco regulatório que não atende aos interesses da sociedade brasileira. A constatação é de que o assédio sobre a riqueza do pré-sal será constante e duradouro, pois ela é muito tentadora. Os interesses estrangeiros, nesse instante, estão na fase de agir por meio da persuasão pelas vias política e diplomática, mas usando, dentro do país, meios de comunicação não-esclarecedores, especialistas em *marketing*, políticos inescrupulosos, empresários que, no passado, eram chamados de testas-de-ferro e expedientes antiéticos, como corrupção e coerção. Se a resistência do país for grande, todos os estágios do planejado saque da

riqueza serão trilhados, culminando no último deles, se necessário, com a tomada militar do petróleo alheio.

Então, como fazer para a sociedade de um país onde o petróleo ocorre com abundância poder usufruir dessa dádiva da natureza sem ser usurpada? A resposta é simples: basta a sociedade do país compreender a situação e querer se beneficiar do seu petróleo e não deixá-lo ir sem usufruir a condição de ser seu detentor. Foi conseguido isso no Brasil durante 44 anos, de 1953 a 1997, mas, infelizmente, tudo foi mudado no último ano citado.

No Brasil, nas décadas de 1940-50, quando praticamente não se tinha petróleo, visionários de então conseguiram vislumbrar cenários difíceis de serem intuídos naquela época, como a importância crescente do petróleo na sociedade moderna, a dependência das grandes economias às reservas encontradas nos países em desenvolvimento, a sua escassez crescente futura e o futuro de sucesso do Brasil ao encontrar auspiciosa província dele. Para enfrentar o desafio, criaram um modelo de máximo benefício para a sociedade brasileira, o monopólio estatal do petróleo socialmente controlado para o explorar, produzir, refinar e transportar. Para tanto, as lideranças visionárias conseguiram obter o apoio popular e transformaram as reivindicações em matéria impossível de ser contrariada, pois, durante cerca de seis anos, de 1948 a 1953, ocorreu um dos maiores movimentos de massas do Brasil, com grandes mobilizações, chamado campanha “O petróleo é nosso”, que levou à aprovação da lei do monopólio, Lei 2.004 de 1953, e à criação da Petrobras, a executora desse monopólio.

Cardoso, uma das lideranças do movimento “O petróleo é nosso”, disse em 1952:

No conjunto dos esforços patrióticos pela independência econômica e política do Brasil constituem fator de primeira grandeza as lutas populares contra os trustes imperialistas. O desejo destes é de que nos perpetuemos na condição de semicolônia, fornecedora de matérias-primas a preços baixos e importadora de produtos manufaturados. A vontade do povo, ao contrário, é de que sejamos uma nação verdadeiramente livre, com seu completo parque de indústrias pesadas, seu amplo mercado interno e a terra em mãos dos que realmente nela trabalham.

O modelo do monopólio estatal no setor de petróleo não transfere patrimônio da sociedade para o setor privado, a empresa estatal pode atuar com maior respeito à sociedade, permite ação geopolítica e estratégica

por parte do Estado, permite a produção de petróleo com máxima recuperação dos barris contidos no campo e permite a adequação da curva de oferta do país à sua curva de demanda. Além disso, o modelo do monopólio estatal no setor de petróleo permite o atendimento de políticas públicas, como a maximização das compras locais, da geração de mão de obra e da realização de desenvolvimentos tecnológicos no país, a minimização dos impactos ao meio ambiente, a oferta de derivados subsidiados para o consumo de populações carentes etc.. Em compensação, há a possibilidade de uso da estatal para beneficiar grupos políticos ou a dominação da mesma por grupo corporativo, cabendo à sociedade fiscalizar para que não ocorram esses deslizes.

Nos primeiros vinte anos, a Petrobras procurou petróleo em terra e descobriu poucas reservas. A dependência ao petróleo importado era quase total no período, mas o fato de não ter tido sucesso na exploração não foi tão mau, porque o preço do barril era de somente US\$ 3 e ela aproveitou o período para investir também na construção de refinarias, oleodutos, enfim, outros ativos do setor. Além disso, o período serviu para ela aprender que, em terra, a chance de sucesso seria pequena. Em 1974, tomou a decisão de procurar, por recomendação de seus geólogos e geofísicos, e com o apoio firme do presidente Geisel, petróleo na plataforma continental brasileira, dentro de uma lógica de empresa do Estado, até porque, pela lógica de empresa privada, ela não iria para a plataforma nesse ano, quando o barril ainda custava US\$ 12.

A Petrobras desenvolveu capacitação técnica de fornecedores, apoiou universidades e centros de pesquisas do país, à medida que precisava deles, e criou o maior centro de pesquisas da América Latina, um dos mais premiados do mundo, o Cenpes. Produz hoje cerca de 2,3 milhões de barris de petróleo por dia, possui atualmente reservas de cerca de 14 bilhões de barris e, em dezembro de 2007, possuía 109 plataformas, 15 refinarias e 21.142 km de dutos. Ajudou o programa do álcool a ser bem sucedido e, agora, participa do esforço nacional para o desenvolvimento do biodiesel. Fez o país atingir a desejada autossuficiência em 2008. Em novembro de 2007, anunciou a descoberta do pré-sal, que deve possivelmente conter cerca de 90 bilhões de barris. Mas a Petrobras não fez tudo isso sem respaldo, pelo contrário: só conseguiu fazer porque era a executora do monopólio estatal.

A Petrobras foi utilizada, em diversos momentos, pelo governo brasileiro como instrumento de atendimento de políticas públicas. As próprias ações já mencionadas de desenvolver fornecedores e maximizar compras, desenvolvimentos tecnológicos e geração de mão de obra no Brasil são devidas a aplicações de políticas públicas. Além disso, ela foi utilizada para conter inflação, ajudar no atendimento de metas de desenvolvimento setorial e regional, participar de programas de distribuição de renda, como foi o caso do subsídio ao gás de botijão, além de outros.

Em 1988, a determinação do monopólio foi detalhada dentro do texto constitucional, por se pensar que esse fato daria maior segurança institucional, buscando-se tolher qualquer brecha que possibilitasse a assinatura de novos “contratos de risco”, como os que ocorreram no governo Geisel. Contudo, no ano de 1995, auge do período neoliberal, quando já se conhecia o acerto da decisão de 1953, as forças contrárias aos legítimos interesses nacionais conseguiram modificar a constituição, tirando a proteção colocada em 1988, com muitos expedientes duvidosos, como pode ser lido no *Jornal do Brasil* de 08 de junho de 1995, o dia seguinte ao da primeira votação na Câmara pelo término do monopólio. Na primeira página do jornal desse dia, foi publicada uma matéria com o título “Cargos em troca de votos”, na qual se lia: “Para garantir a vitória de ontem, o governo recorreu à distribuição de cargos. O presidente Fernando Henrique Cardoso chegou a falar ao telefone com deputados que condicionavam o voto a nomeações. O apoio da bancada ruralista custará pelo menos R\$ 1 bilhão (diferença entre as taxas de mercado e os juros de 16% para agricultores)”.

Em seguida, em 1997, foi criada a Lei 9.478, também conhecida como a Lei do Petróleo, que traz o oligopólio estrangeiro privado para atuar no país, quando o monopólio estatal socialmente controlado atende melhor a sociedade. Por essa lei, áreas do território nacional são concedidas em contratos de trinta anos para quem oferecer maior proposta no leilão da área. A parcela de dinheiro recebido do ganhador do leilão é sempre mínima, quando comparada aos lucros que aquela área pode proporcionar. Segundo essa lei, quem descobre o petróleo é dono dele e pode fazer com ele o que bem quiser, acabando, portanto, com a possibilidade de ações geopolíticas por parte do Estado. Além disso, a lei aprovada contém uma nova taxação para o setor que coloca o Brasil como um dos países do mundo que menos taxam a atividade petrolífera.

Na prática, o monopólio só foi extinto na entrega de áreas para exploração e produção, tendo sido transferido muito petróleo para multinacionais nesse ato. Entretanto, a Petrobras dificultou uma entrega ainda maior de áreas do território nacional oferecidas pela ANP para as empresas estrangeiras, ao participar ativamente dos leilões. Em nove rodadas de leilões, 772 blocos foram concedidos a empresas, que, como já foi dito, se descobrirem petróleo, ficam com ele e pagam pouco tributo. No Brasil, os blocos terrestres tendem a ter uma produção menor e os investimentos para os desenvolvimentos dos campos são bem menores, o que recomenda concentrar a análise nos blocos marítimos. Nas mesmas nove rodadas de leilões, 301 blocos marítimos foram concedidos e, entre estes, a Petrobras é a operadora em 196, participa em onze sem ser a operadora e não tem participação alguma em 94, em que as empresas privadas são as operadoras. Os blocos em que a Petrobras está consorciada com empresas privadas e elas têm participação no petróleo produzido, adicionados aos 94 blocos em que elas estão sozinhas, representam a perda de riqueza do modelo constante na Lei do Petróleo. Alguns desses blocos pertencem à área do pré-sal, que já tem 28% da sua área total entregues por meio de concessões pela Lei 9.478, antes da descoberta da promissora área.

Sobre a lei 9.478, ela já tem treze anos de existência e as empresas estrangeiras não descobriram praticamente petróleo algum no Brasil, não compraram plataformas no país, não contrataram desenvolvimentos tecnológicos aqui e, obviamente, não realizaram qualquer política pública. Acerca da não-descoberta de petróleo por elas, é preciso não confundir porque, como já foi dito, elas têm o direito de receber parcelas da produção de campos descobertos pela Petrobras, nos quais elas estão consorciadas.

No Brasil, nesse setor, quando não se tinha petróleo, foi criado um modelo político institucional adequado e, hoje, quando se tem uma quantidade imensa de petróleo, está-se obrigado a aplicar um modelo que não é apropriado completamente para a sociedade essa riqueza. Um estudo comparativo sobre os dois períodos do setor de petróleo do Brasil, que foi aqui tocado em vários comentários, seria esclarecedor para a sociedade.

Nesse exato instante, por razões políticas, não será possível trazer de volta o monopólio estatal, principalmente porque a sociedade não está consciente da questão e, conseqüentemente, está desmobilizada graças, em grande parte, à mídia, que não cumpre seu papel de informar. Os inte-

resses envolvidos são tão grandes que se pode até pensar que a mídia não informa precisamente para satisfazer objetivos do capital.

Então, deve-se escolher o melhor para a sociedade, entre os modelos dos contratos de concessão, de partilha da produção e de prestação de serviço. Nos contratos de concessão, a empresa petrolífera fica com a posse do petróleo que vier a descobrir e paga impostos e taxas sobre o valor da produção. Se não descobrir petróleo, seus custos não são ressarcidos pelo Estado. Nos contratos de partilha da produção, a empresa petrolífera, se descobrir petróleo, terá a posse da parte que lhe couber, constante do acordo de partilha. Poderá ser obrigada a pagar impostos e taxas sobre a sua parcela. Se não descobrir petróleo, seus custos não são ressarcidos pelo Estado. Nos contratos de prestação de serviços, a empresa petrolífera não terá a posse do petróleo descoberto e será remunerada pelos serviços prestados: de sísmica, de perfuração e de produção. Mesmo que não descubra petróleo, seus custos estarão sendo pagos, obviamente, pois foi contratada para a prestação do serviço.

Apesar de os neoliberais dizerem que o contrato de concessão representa a modernidade, a correlação que pode ser feita é de que países que são sede de fortes empresas petrolíferas privadas e, em geral, sem grandes reservas, têm contratos de concessão. Também, países que, em alguma época da sua História, tiveram a administração do Estado neoliberal têm contratos de concessão. No entanto, países com grandes reservas de petróleo, que não são sede de grandes empresas petrolíferas privadas, cujas reservas são administradas em geral por estatais e cujos Estados nacionais possuem administrações soberanas, optam por contratos de partilha da produção ou de prestação de serviços, se não adotaram o monopólio estatal.

O Executivo remeteu ao Congresso Nacional, em 31 de agosto de 2009, um novo marco regulatório para o setor de petróleo, cuja maior característica é a adoção do contrato de partilha da produção. Esse novo marco regulatório é composto de quatro projetos de lei, quais sejam: um que estabelece os contratos de partilha e trata também dos *royalties*; outro que cria o Fundo Social que receberá grande parte dos tributos sobre a produção de petróleo e distribuirá o que for arrecadado; outro que permite a capitalização da Petrobras sem usar recursos novos do Tesouro; e o último que permite a criação de uma empresa estatal que irá gerenciar todos os

consórcios do pré-sal. Esses projetos são bastante detalhados, podendo-se dizer que formam um marco regulatório melhor que aquele constante da Lei 9.478.

No momento da escritura deste artigo, segundo semestre de 2010, eles estão prestes a ser aprovados pelo Congresso com algumas modificações. Apesar de a proposta de novo marco regulatório não ser aqui analisada a fundo, pode-se identificar alguns méritos nela, a saber: uma maior parcela do petróleo será comercializada por órgão ou empresa do Estado brasileiro, o que permitirá a realização de ações geopolíticas e estratégicas; o Estado irá gerir os diversos consórcios dos blocos, garantindo uma velocidade de desenvolvimento e produção adequada aos interesses da nossa sociedade, além de uma produção não predatória dos campos; uma maior parcela do lucro da atividade petrolífera será repassada para o Estado, que deverá aplicar na diminuição da dívida social, por meio do Fundo Social; e a Petrobras deverá ser a operadora única dos novos blocos do pré-sal, garantindo a maximização das compras locais e a utilização de centros de pesquisas e universidades do país para a resolução de problemas tecnológicos. Como consequência, esse modelo trará grande geração de emprego e renda no país.

Infelizmente, no Congresso Nacional, algumas modificações têm sido introduzidas, contribuindo para piorar os projetos. Por exemplo, foi introduzido, tanto na Câmara como no Senado, o ressarcimento em óleo dos valores pagos em espécie de *royalties* pelas empresas petrolíferas. Essa modificação significa, em última instância, a transferência de recursos que iam para o Fundo Social e o pagamento de *royalties* para o caixa das empresas petrolíferas. Por outro lado, nossa sociedade sabe muito pouco do que se passa no Congresso, graças ao baixo nível de divulgação das informações. Os representantes do povo, com algumas exceções, não representam bem os interesses dele, nessa e em várias outras questões. Discute-se muito o destino dos *royalties*, que representam cerca de 10% da receita do petróleo.

Existe um movimento popular, bastante insipiente, pelo retorno do monopólio do petróleo para todas áreas do país e por uma Petrobras 100% estatal e pública, chamado “o petróleo tem que ser nosso”, encabeçado basicamente por alguns sindicatos e centrais sindicais. Mas a sociedade não está mobilizada nem um pouco nesse instante, abrindo uma avenida

para a transferência de mais uma riqueza do país para o exterior, depois de tanto ouro, manganês e outros minérios terem sido transferidos até a exaustão.

6 CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÃO

Do dia para a noite, o Brasil passou a ser um ator importante no tabuleiro da geopolítica mundial do petróleo. A sociedade brasileira ainda não se conscientizou da sua nova riqueza e de seu consequente poder geopolítico. Há ainda algum controle do setor petrolífero nacional por parte do Estado, representado basicamente pela participação da Petrobras, apesar do setor ter sido escancarado nos anos 1990. A possível ampliação da presença do Estado no pré-sal permite que ele seja explorado com maior usufruto para a nossa sociedade. O “drama” do pré-sal consiste no fato de existir essa riqueza no país e, no entanto, não existir a garantia de que a nossa sociedade vai conseguir o melhor usufruto dela. Pois, nesse exato momento, forças diversas se digladiam no Congresso Nacional buscando satisfazer os interesses dos grupos que representam. A sociedade brasileira não está bem representada nessa disputa. O Brasil vai ser necessariamente um exportador de petróleo, à medida que não possui poder de dissuasão para poder negar a oferta de petróleo. Não se sabe ao certo se é interessante para a sociedade não exportar quantidade alguma do nosso petróleo. A proposta do governo de novo marco regulatório, remetida para o Congresso Nacional em 31 de agosto de 2009, pode não ser a proposta ideal, mas contém ganhos para a sociedade brasileira quando comparada com o marco em vigor, constante da Lei 9.478 de 1997. Com esse novo marco, o Brasil poderá atrair países carentes de petróleo para sua área de influência, o que representa um ganho geopolítico. Outros ganhos do novo marco são a criação do Fundo Social e da nova empresa estatal, que irá gerenciar todos consórcios, e a capitalização substancial da Petrobras. A recomendação óbvia é que continue existindo o debate em torno do pré-sal para que a sociedade possa se conscientizar da grandeza dessa riqueza e da importância que deve ser dada ao novo marco regulatório, para que ela possa usufruir dessa gigantesca reserva de petróleo da melhor forma possível.

REFERÊNCIAS

- BRITISH PETROLEUM. **Statistical Review of World Energy 2009** (disponível em: http://www.bp.com/liveassets/bp_internet/globalbp/globalbp_uk_english/reports_and_publications/statistical_energy_review_2008/STAGING/local_assets/2010_downloads/statistical_review_of_world_energy_full_report_2010.pdf).
- CAMPBELL, Colin; LAHERRÈRE, Jean. The end of cheap oil. **Scientific American**, mar. 1998.
- CARDOSO, Felicíssimo. Prefácio. **Libertação econômica**, 1952 (Cadernos de Emancipação, n. 1.)
- CECEÑA, Ana Esther. **Estratégias de dominação e mapas de construção da hegemonia mundial**. Instituto de Investigaciones Económicas do México, 2002.
- CLAUSEWITZ, Carl Von. **Da guerra**: 1832-7.
- ENERGY INFORMATION ADMINISTRATION (EIA), **International Energy Outlook 2009** (disponível em: <http://www.eia.doe.gov/oiaf/ieo/>).
- FEROLLA, Sergio; METRI, Paulo. **Nem todo petróleo é nosso**. São Paulo: Paz & Terra, 2006.
- EDITORIAL. **Financial Times**, 17 mar. 2005 (disponível em: <http://www.ft.com/home/us>).
- FIORI, José Luís. **Geografia econômica mundial**, 04 abr. 2005 (disponível em: www.cartamaior.com.br/).
- GREENSPAN, Alan. **The age of turbulence: adventures in a new world**. E.U.A.: Penguin Press, 2007.
- HOLT, Jim. **It's the oil**. London Review of Books, 18 out. 2007.
- INTERNATIONAL ENERGY AGENCY (IEA). **World Energy Outlook 2008** (disponível em: <http://www.worldenergyoutlook.org/>).
- LESSA, Carlos. Petróleo brasileiro para exportação: é esta uma decisão conveniente? **Valor Econômico**, 13 abr. 2005.
- ROBINSON, Andy. **Consequências geopolíticas do poder energético**: o nacionalismo de recursos provoca uma nova guerra fria. Madri: La Vanguardia, 24 dez. 2007.
- SAMUELSON, Robert. Geopolitics at \$100 a barrel. **Washington Post**, 14 nov. 2007.
- TORRES FILHO, Ernani. O papel do petróleo na geopolítica americana. In FIORI, José Luís (org.). **O poder americano**. Petrópolis: Vozes, 2004.
- YERGIN, Daniel. **O petróleo**: uma história de ganância, dinheiro e poder. São Paulo: Scritta, 1996.